

VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, RISCO E INJUSTIÇA AMBIENTAL EM CONTEXTOS URBANOS MODERNOS: O CASO DE UMA COMUNIDADE DE VILA VELHA (ES)

Caterine Reginensi - creginensi@gmail.com, Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF),
Brasil

Nilda da Silva Pereira - nildasip@gmail.com, UVV, Brasil Eliana Rangel -
eliana10200@gmail.com, Universidade Vila Velha (UVV), Brasil

Teresa da Silva Rosa - teresa.rosa@uvv.br; tsrosaprof@yahoo.com.br, UVV, Brasil

Túlio Gava Monteiro - tuliogava@hotmail.com, Université de Montreal (UdeM), Canadá

RESUMO

O presente trabalho é resultado parcial da pesquisa “Compreendendo a construção da vulnerabilidade socioambiental em contextos urbanos modernos”, desenvolvida no âmbito do Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais (Neus), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Vila Velha (UVV). O principal objetivo é refletir sobre a ocupação do solo urbano em contexto moderno de uma comunidade inserida no bairro Itapuã na cidade de Vila Velha (Espírito Santo, Brasil). A comunicação parte da premissa de que a urbanização na Região Metropolitana da Grande Vitória, muitas vezes desordenada, ou seja, em área de desenvolvimento tardio, está na gênese do processo de vulnerabilização de populações, expondo-as consequentemente a situações de riscos (inundações, deslizamentos de massa, riscos tecnológicos entre outros), o que estaria contribuindo para criação de cenário de injustiça ambiental. O estudo busca lançar luz sobre a compreensão do que ocorre em áreas de desenvolvimento tardio a partir do foco local, em que o processo de urbanização parece ser baseado hegemonicamente na dimensão econômica. A investigação é delineada por pesquisa qualitativa destacando as características do terreno e descrições detalhadas que revelam usos e práticas em áreas físicas como becos, vielas, poucos espaços das ruas, estruturas das casas, água empoçada, mau cheiro do Canal da Costa, moradias inadequadas para viver seguramente, o processo de construção de um sentimento de pertencer entre os moradores. A pesquisa destaca ainda os conflitos que surgem pelos problemas causados por fatores como enchentes e inundações, falta de infraestrutura e o processo de gentrificação, as diferenciadas comunicações estabelecidas pelos comunitários, as formas de violências diversas, as táticas e estratégias que facilitam a vida cotidiana e, mais além, constroem meios de apropriação desordenada e informal do solo, as particularidades estéticas e a ação, o interesse do poder público, que de um lado tenta oferecer condições decentes e dignas de vida dentro da Comunidade, mas obedecendo a um padrão urbanístico que conduz a obras malfeitas por exemplo. Do outro lado apoia, tem interesse que se realizem grandes empreendimentos estimulando a gentrificação porque a comunidade fica em área nobre da cidade. O estudo aponta para pelo menos duas considerações finais preliminares: (1) a escolha da observação *in loco* permitiu aprofundar o conhecimento da Comunidade a partir de perspectiva interdisciplinar, incluindo as suas dimensões espaciais ambientais e sociais; (2) a relação entre risco, vulnerabilidades socioambientais e injustiça ambiental na referida Comunidade desvela uma maneira de urbanização baseada hegemonicamente na dimensão econômica em detrimento da estética ambiental local.

Palavras-chave: espaços urbanos, vulnerabilidade socioambiental, estratégias comunitárias.

I. Introdução

A cidade de Vila Velha (Estado do Espírito Santo) insere-se no processo de urbanização do século XX que se reflete em mudanças estruturais da economia brasileira e capixaba, provocando transformações sociais, espaciais e ambientais bem como acarretando injustiça ambiental como na maioria das áreas urbanas do Brasil.

Muitas vezes considerada como “desordenada”, a urbanização na Região Metropolitana da Grande Vitória em áreas de desenvolvimento tardio está na gênese do processo de vulnerabilização de cidadãos, expondo-os, conseqüentemente, a situações de risco (inundações, deslizamentos de massa etc.). Contribui para a criação de cenário de injustiça ambiental. O objetivo dessa comunicação é de, numa perspectiva de inspiração etnográfica, trazer à luz a história ambiental de uma Comunidade, apresentando características de vulnerabilidade, portanto, de injustiça socioambiental.

A Comunidade apresentada nessa comunicação vive em Itapuã, bairro localizado na região I, uma das cinco administrativas que compõem o Município de Vila Velha. A população desse bairro é de 22.808 habitantes em 7.899 domicílios, sendo a maioria de classe média, média alta e alta (Vila Velha, 2013). Trata-se, portanto, de uma área considerada nobre, situada na faixa litorânea (praias da Costa e de Itapuã), apresentando uma certa infraestrutura e serviços. Apesar disso, a Comunidade pesquisada é materialmente carente, estando à beira do antigo Rio da Costa que, retificado, passou a ser o Canal da Costa. Hoje, esse canal perdeu sua biodiversidade original e se transformou em um duto de esgoto não-tratado correndo a céu aberto, vindo a ser conhecido como o “valão”. Em épocas de chuvas intensas transborda.

Sob uma perspectiva da estética ambiental original dessa área estudada, a Comunidade (bem como outras áreas do bairro) se situa sobre uma planície de inundação, pertencendo a bacia do Rio Jucu. Estando as margens do canal, ela se localiza, ainda, em área de preservação permanente. Os recorrentes alagamentos e inundações a que estão submetida a população parecem desvelar questões típicas de áreas de vulnerabilidade como problemas de drenagem ineficiente entre outras dificuldades do poder público em responder as demandas locais. Em termos urbanísticos, a Comunidade apresenta, geralmente, ruas estreitas e casas desniveladas ou estando abaixo do nível da rua, algumas com estratégias de adaptação a enchentes, contrastando com outras vias mais largas de circulação com edifícios e comércio importante do bairro Itapuã.

A área da Comunidade margeando o referido canal começou a sofrer intervenção urbana mais recentemente em função da expansão urbana das últimas décadas. Se, de um lado, se transformará, de acordo com o Plano Diretor Urbano do Município de 2017, em via expressa ligando a Terceira Ponte a outros bairros, diminuindo o tempo de deslocamento de veículos. De outro lado, essa transformação já está trazendo certa expectativa para alguns moradores da Comunidade como será visto a seguir.

Os pontos de discussões neste texto apresentam o cotidiano de luta constante dos moradores para garantir o desenvolvimento de suas vidas. Eles buscam estratégias espontâneas (pois não governamentais) para organizar o espaço e, assim, proteger suas vidas que, em muitas vezes, corre risco de doenças, desabamentos, inundações e outros problemas. Discute-se, portanto, sobre o pouco investimento do poder público dentro da Comunidade. Em função disso, os moradores lutam para melhorar seus espaços, principalmente na época das enchentes, buscando a ajuda mútua entre eles, estabelecendo parcerias internas que os fortalecem. Com base em uma observação coletiva e com o uso de uma grade de observação, pode-se destacar aspectos da Comunidade. Os estreitamentos das ruas favorecem a comunicação entre as pessoas que conversam das suas casas umas com as outras. A presença de becos, vielas, poucas áreas verdes, saneamento básico precário, limpeza ineficiente dos espaços públicos e moradias com características de auto construção. Há problemas como ausência de posto de saúde e de espaços para lazer, a violência policial para com os adolescentes, o mau cheiro exalado pelas valas e águas paradas nos pátios das moradias. As improvisações criativas – tais como pontes, escadas e monitoramento para que o lixo não seja jogado nas ruas – facilitam a vida cotidiana. Outra questão a parte essas particularidades estéticas, é o interesse das autoridades públicas tendo em vista as intervenções citadas anteriormente bem como do setor imobiliário em fazer grandes empreendimentos no local. Enfim, observou-se com uma Comunidade sob pressão do capital, em especial, do capital imobiliário.

II. Marco teórico conceitual

A ocupação do solo urbano no Brasil está submetida à dinâmica do processo de industrialização capitalista e desenvolvimentista. A partir do século passado, devido ao fortalecimento das indústrias nas cidades brasileiras e a pouco investimento no campo, o país passou por grande migração do campo para as cidades. Em pouco tempo as principais cidades brasileiras triplicaram suas populações, que ocuparam os espaços sem a articulação de

planejamentos adequados pelas prefeituras, como política de moradia, serviços de saneamento básico, segurança alimentar e ambiental, escolas, atendimento à saúde etc.

Nos espaços urbanos, populações se organizavam dentro de suas possibilidades, ocupando encostas de morros, locais de preservação, planícies de inundação, beiras de córregos, áreas com pouca segurança de permanência e sem grande valor no mercado. “Estas áreas possuem, caracteristicamente, função ambiental importante, que, não sendo mercantilizadas, são, assim, desvalorizadas pelo mercado e, conseqüentemente, excluídas da lógica expansionista do capitalismo” (Mattos & Rosa, 2011). Mesmo contribuindo para a expansão das atividades industriais, as pessoas economicamente desfavorecidas foram segregadas em lugares urbanos precários, de pouco investimento público. Com o passar dos anos, cada vez mais foi aumentando o número de habitantes morando em condições inadequadas nas cidades brasileiras. Ao grande crescimento urbano, se insere graves problemas tais como a segregação socioespacial e precarização ambiental no meio urbano do Brasil de populações pauperizadas que compartilham áreas inapropriadas para moradia e, em contra partida, têm acesso a má qualidade dos serviços públicos.

Ao redor das cidades brasileiras, testemunhamos, assim, descasos com a população e drásticas mudanças na natureza, gerando problemas ambientais: deslizamentos de encostas; produção desenfreada de lixo que é jogado pelas ruas, córregos e rios, esgotos a céu aberto; poluições advindas das indústrias; desmatamentos; redução da biodiversidade etc. Com isso, acontece a contaminação do solo e do lençol freático pelo chorume, odor, proliferação de doenças, desmoronamento de morro com soterramento de casas, enchentes por água contaminada e muitos outros fenômenos resultantes das precariedades das políticas públicas direcionadas à população pobre.

Os riscos e as vulnerabilidades que se correlacionam são distribuídos entre os grupos sociais de maneira injusta. É em contexto de produção indiscriminada de riscos e de desigualdade social que essa perspectiva se torna aceitável e factual. A sociedade tem se desenvolvido de tal forma que os riscos de caráter múltiplo (social, político, econômico e ambiental) impactam todos os grupos sociais. Ninguém está livre de ser afetado por riscos ambientais. Mas a Sociedade de Risco se estabelece e diferencia-se na sociedade dividida em classes (Beck, 2010). A distribuição dos riscos ambientais não ocorre por mero acaso. Existe intencionalidade nas atitudes de atores políticos sociais. Um grupo, por ser socialmente vulnerável, torna-se mais vulnerável ambientalmente. Risco e vulnerabilidade são categorias interligadas. De fato, uma não existe sem a outra. “[...] Risco é a representação de um perigo

ou álea (reais ou supostos) que afetam os alvos e que constituem indicadores de vulnerabilidade” (Veyret & Richemond, 2007, p. 30).

Essa fragilização é historicamente construída por um processo de desenvolvimento que se revela social e ecologicamente desigual e insustentável. A vulnerabilidade de pessoas em situação de risco é um dos fatores determinantes das consequências do evento, ou seja, contribui para a definição da gravidade do risco. Ambas as categorias são faces da mesma moeda, uma vez que aquilo que reduz a vulnerabilidade também o faz com o risco (Araújo & Rosa, 2014). Quando nos referirmos a riscos ambientais, estaremos nos aludindo aos riscos naturais intensificados com a intervenção humana desordenada e aos riscos industriais, tecnológicos. Riscos esses que poderiam ter sido mitigados se a ocupação humana tivesse um olhar mais atento para as características ecológicas do espaço sobre o qual a cidade se ergue. Em uma planície de inundação, as cheias são recorrentes naturalmente, fazendo parte de um ciclo que cumpre o papel de diminuir a pressão da bacia hidrográfica bem como de oportunizar, à área inundada, nutrientes enriquecendo a biodiversidade local.

É a vulnerabilidade que pode determinar (antecipadamente) a extensão dos danos aos quais estão submetidos os seres humanos que podem sofrer com um desastre. A vulnerabilidade está atrelada à carência, à necessidade, à sujeição de sofrer algum prejuízo, afetando a resiliência do indivíduo ou do grupo social. Resiliência é a capacidade de absorção e de recuperação (Timmerman, 1981), ou seja, a capacidade inerente ao grupo de se adaptar às alterações do sistema, de manter sua identidade, as suas características em relação às perturbações causadas por algum evento e de contornar obstáculos. A relevância da noção de resiliência de um sistema ou de uma coletividade frente aos riscos é de suma importância para a proposta desta pesquisa. É a resiliência que acomoda os diferentes mecanismos utilizados pela população vulnerável para lidar com a situação de risco em que se encontra. Quando tratamos da resiliência de uma coletividade, um desses mecanismos é o que chamaremos de estratégias espontâneas, aquelas de cunho privativo que são tomadas pela vítima, uma resposta dada por *si* e para *si*, tais como a reforma de moradias para minimizar impactos estruturais.

O processo de urbanização e ocupação do solo em Vila Velha

A urbanização de Vila Velha se intensifica no começo do século XX em razão dos investimentos industriais. Para isso houve necessidade de investir nos transportes

hidroviários, ferroviários e aprimorar os meios de acesso à cidade por via terrestre, o que levou à construção de pontes sobre o mar ligando a capital Vitória à cidade de Vila Velha, favorecendo as primeiras nucleações industriais.

Com isso muitos pequenos agricultores e comerciantes de café se estabeleceram na cidade em busca de novas oportunidades econômicas, o que fez aumentar significativamente a população em Vila Velha, causando maiores mudanças ambientais, as chamadas “condições básicas”, necessárias a essa modernização: canalizações de rios para obter água potável; a expansão do núcleo central do Município em direção à orla; construção de ponte sobre o antigo Rio da Costa e canalização de parte de seu leito. Com essas mudanças, iniciou-se a ocupação espacial de Vila Velha pela elite de Vitória, formando os bairros à beira-mar.

A partir de 1960, Vila Velha encontra-se situada em um contexto de urbanização generalizada do território brasileiro, principalmente após o golpe de Estado em 1964, quando se fortalece o movimento de modernização agrícola que fez alterações na estrutura agrária brasileira. Com a adoção de máquinas no processo produtivo, modificou-se a produção de café, cacau, algodão, entre outros produtos. Esse processo, associado à tomada das terras de pequenos agricultores pelos latifundiários, fez com que a migração rural/urbana se intensificasse. O êxodo rural é avivado ainda mais pela crise do setor cafeeiro, uma vez que o Espírito Santo era altamente dependente da produção de café (Siqueira, 2010).

A crise acarreta a fuga de inúmeros trabalhadores rurais e pequenos agricultores para municípios da atual Região da Grande Vitória, em especial após a erradicação dos cafezais (Mattos, 2013). Vila Velha se torna um dos maiores alvos dos migrantes em busca das oportunidades possibilitadas pelos projetos industriais e pela crença em chances para uma vida melhor.

As regiões metropolitanas se desenvolvem devido aos investimentos industriais e tornam-se altamente atrativas para uma população pobre proveniente da área rural. Mesmo que Vila Velha, como cidade de porte médio, apresente a tendência de absorção de contingentes de classe média (Santos, 1993), ela acomodou, com o tempo, uma parcela de população de baixa renda. Por outro lado, os empregos oferecidos nas áreas urbanas não foram suficientes para o contingente de migrantes, resultando no crescimento de inúmeras atividades informais e em ocupação de áreas sem condições mínimas de habitação (Siqueira, 2010). Essa população com alta vulnerabilidade social dispersou-se pelo território urbano de Vila Velha, ocupando áreas marginais de mangue, de morros e margens de rios/canais, muitas sem infraestrutura adequada.

A Prefeitura de Vila Velha, visando à valorização das melhores áreas, reduziu os impostos territoriais urbanos sobre os lotes. Isso aconteceu também nos espaços de preservação que se tornaram meios de especulação imobiliária, contribuindo para ocupação territorial desigual entre a população. Ao contrário da população mais pobre, as pessoas de maior poder aquisitivo tenderam a ocupar as áreas mais próximas da orla marítima, inicial e principalmente na orla da Praia da Costa. Essa área e o centro histórico são de maiores altitudes, livres de enchentes e consequente os mais ocupados.

No início da década de 1970, a economia do Espírito Santo concentra-se no capital industrial, sobretudo em razão dos “Grandes Projetos de Impacto”, que influíram diretamente no aumento do nível de migração para a Grande Vitória. As transformações na área urbana de Vila Velha acompanham momento distinto e inédito na história brasileira. Tanto o *I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972-1974* (Brasil, 1971), que estabeleceu as bases para expandir a industrialização, quanto o *II PND: II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)* (Brasil, 1974) visaram a intensificar as exportações de produtos industrializados.

A atração de migrantes pelos “Grandes Projetos Industriais” ocorre em detrimento de aspectos sociais e infraestruturais, resultando em consequências diretas na ocupação territorial em Vila Velha. A especulação imobiliária é acentuada, enquanto que a periferização, a segregação espacial e a ocupação informal de terras tornam-se comuns. A falta de investimentos nesses aspectos tende a criar e a intensificar problemas, sobretudo para a camada populacional de menor poder aquisitivo, por causa da ausência de políticas públicas de ordenamento territorial. Isso caracteriza o momento de priorização do desenvolvimento econômico, muito bem assimilado pelos governantes capixabas.

Para diminuir a pressão populacional, as pessoas de baixa renda receberam parcialmente benefícios da política habitacional, implementada de forma mínima porque não respondia à demanda ocasionada pelo intenso fluxo migratório. O resultado dessa política foi a construção de casas populares. Mesmo com essa intervenção, o número de residências não foi suficiente para o contingente de migrantes (Chalhub, 2010). Isso proporcionou a ocupação desordenada do solo formando os bairros periféricos ao sul da cidade. As pessoas passaram a morar em áreas impróprias, sem infraestrutura adequada, como encostas de morros, baixadas, mangues, por meio de assentamentos subnormais, sem condições fundamentais de higiene, sem luz, água, saneamento básico e ambiental. A maioria da população residia em habitações desumanas e em áreas de risco.

Assim se consolidou a formação da maioria dos bairros do Município de Vila Velha, que, até hoje, nas suas periferias, são ocupados por pessoas muito pobres. Falta posicionamento do Estado objetivando lidar com os problemas urbanos decorrentes do processo de desenvolvimento, uma vez que se priorizaram investimentos urbanos diretamente ligados aos empreendimentos industriais.

É nesse contexto em que ocorre a ocupação do solo urbano da Comunidade do bairro Itapuã, situada a noroeste do bairro Itapuã, organizada na beira do antigo Rio da Costa, o qual foi retilinizado e transformado no Canal da Costa, onde o esgoto não-tratado corre a céu aberto e deságua no mar. Na Comunidade destacamos a existência de dois problemas ambientais: o canal e o lixo. De acordos com a história de moradores, na década de 1970, essa região era coberta de vegetação, de mata ciliar às margens do Rio da Costa. Além do rio, existia uma lagoa próxima, alimentada pelas cheias e pela maré alta. Para alguns, o rio fazia parte da vida dos moradores. Era o local onde pescavam, brincavam ou apreciavam a vida. Alguns moradores eram pescadores, outros que moravam em palafitas e que, posteriormente, foram pressionados e realocados para área mais no interior do bairro. Atualmente, a parte centro-leste da Comunidade é composta pelos moradores mais antigos. A ocupação do espaço da Comunidade estudada aconteceu de forma irregular, mas orgânica. Os moradores do bairro Itapuã nominaram esse aglomerado como Comunidade da Rua do Lixo. Trata-se de uma rua central que perpassa pela região nuclear da Comunidade avançando em direção ao Centro de Vila Velha.

III. Metodologia

O trabalho foi delineado pela pesquisa qualitativa com emprego de diferentes instrumentos metodológicos – grade de observação, percurso comentado, entrevistas espontâneas com alguns moradores. Buscou-se compreender, teoricamente, como se desenhou a ocupação do solo no Brasil, em Vila Velha e na Comunidade de Itapuã. A pesquisa ocorreu nessa Comunidade devido aos graves problemas da região, principalmente, durante as chuvas de dezembro de 2013. A equipe de pesquisadores multidisciplinares atuou com consentimento de lideranças da Associação de Moradores. A partir de um percurso comentado, caminhadas predefinidas foram feitas junto com um morador partícipe da associação. Observações, foram feitas captando-se os detalhes com base numa grade de observação, construída anteriormente por um dos pesquisadores. Nela se destacam, por exemplo, as características do terreno, as

superfícies, propriedades conjuntas, ruas bloqueadas, muros/limites, distâncias das ruas, estruturas das casas e a utilização de qualquer parte do terreno não-urbanizado. Os registros se deram por imagens fotográficas, gravações e por escrito. Desse modo, o estudo busca revelar os usos e as práticas dos espaços físicos e públicos da Comunidade.

IV. Análise e discussão

O lixo tem sido problema para a Comunidade. Uma rua era utilizada como depósito de detritos. A situação é tão grave que em 2015 a Prefeitura de Vila Velha, em três dias de trabalho, recolheu 12 toneladas de lixo do local. O problema se manteve. A Associação dos Moradores passou a cobrar do serviço público a limpeza do espaço. Medida que deu pouco retorno. O “lixão” se estendia pela margem leste da galeria aumentando semanalmente. A Prefeitura não combatia a sua causa. Quando o Município retirava o lixo, deixava buraco no local que enchia com água suja.

Em junho de 2015 um bebê faleceu com dengue hemorrágica. A família associou a morte dele ao “lixão”. Segundo os moradores, ali, além do lixo que vinha de todo o bairro, havia animais mortos, comida podre etc. As pessoas residentes próximas ao canal tiveram a ideia de criar um jardim no local (*figura 1*). Sua implantação impossibilitaria formar o “lixão” ou, ao menos, complicaria o depósito. Solicitaram da Prefeitura ajuda, denunciaram o problema à imprensa local, criaram página na internet sobre o assunto. Alguns moradores ajudaram na arrecadação de dinheiro. Conseguiram que o Município e o condomínio vizinho ajudassem com pneus e terra para fazer o aterro.



Figura 1 (foto: acervo da pesquisa)

A área do jardim estende por onde se localizava o “lixão”. É dotada de terra barrosa, infértil e com pneus coloridos pelas crianças. Os pneus foram postos em determinada ordem, como uma cerca, delimitando o espaço. Nele encontramos plantas de vários tipos. O jardim

recebeu o nome de Murilo, o bebê que faleceu. Os moradores monitoram o jardim com ajuda de outras pessoas da Comunidade. Atualmente, no espaço, a limpeza é realizada, nas sextas-feiras, e a luta contra o lixo permanece forte.

O canal, bem como todos os outros existentes na cidade, é chamado de “Valão” devido à situação de degradação causada pelo despejo de refugos, esgoto sem tratamento, restos de móveis, sacos plásticos, lixo doméstico... Esses canais viraram esgotos a céu aberto causando terrível odor e acarretando inundações periódicas, colocando em risco a saúde das populações que vivem no entorno.

Em épocas de chuvas intensas, por ser canalizados, os canais saem das suas calhas artificiais e transbordam. Na Cidade de Vila Velha em especial, as pessoas vivem próximo a esses canais, convivem com inundações e alagamentos em diversas áreas. As inundações ocorrem principalmente em áreas de planícies situadas às margens dos rios que, naturalmente, são inundáveis quando ocorrem enchentes. No caso de cidades consolidadas, as enchentes são chamadas de inundações porque há escoamento superficial mais intenso em função da maior impermeabilização das áreas urbanas.

As inundações acontecem devido a falhas na drenagem. Com a cobertura parcial do canal, os moradores da Comunidade se preocupam com as chuvas fortes. A galeria/pista construída pela Prefeitura impossibilita a limpeza do “Valão”. O lixo é trazido pelo canal acumulando e diminuindo a vazão da água. A obra da galeria, construída como parte do projeto do viaduto/alça da ponte, colocou as casas situadas à margem oeste do canal abaixo da nova rua. A diferença de nível prejudica as famílias que moram em frente ao canal, cuja água, quando transborda, avança para as áreas mais baixas. Alguns moradores aterram por conta própria a parte da frente de suas casas. A diferença de nível é preocupante porque contribui para os alagamentos.

A cobertura parcial do canal e a construção da galeria não resolveram o problema das enchentes. Pelo contrário, talvez sejam intensificadores, já que acumulam lixo, areia e criam uma espécie de “represa”. Em época de muita chuva o nível da água sobe. Os moradores perdem seus móveis. Para tentar resolver o problema as pessoas elevam e aterram suas casas (*figura 2*). A Comunidade pede solução do problema à Prefeitura, mas o poder público não resolve.



Figura 2 (foto: acervo da pesquisa)

Características dos terrenos

Os terrenos da Comunidade são planos com apenas uma rua asfaltada. É a via onde ocorre a Feira. Todas as outras são calçadas com paralelepípedos. A maioria das casas não tem calçadas. As que existem são estreitas, irregulares e usadas como extensão das residências (*figura 3*).



Figura 3 (fotos: acervo da pesquisa)

As casas são irregulares, de alvenaria, e a maioria delas sem acabamento. As edificações maiores e mais bem-acabadas são das igrejas. As ruas são limpas. A limpeza é feita pelos próprios moradores, que à noite colocam os lixos ensacados, recolhidos pela Prefeitura. Existe preocupação constante entre os moradores com a limpeza do local. Na entrada da Comunidade há placa solicitando que o lixo seja ensacado. A maioria das residências possui televisão por assinatura e algumas têm ar-condicionado central. São poucas as casas com cerca elétrica ou arame farpado. Estas ficam na Rua da Feira.

Em geral as residências possuem mais que um pavimento. Em pequenas exceções, os lotes são divididos entre os parentes. As famílias vão aumentando e o número de casas/pavimentos também. Muitas vezes de forma irregular, variando de acordo com as condições da família e o tamanho do espaço.

O padrão das casas é da informalidade, com pouco ou nenhum acabamento, moradias sem quintal, próximas umas das outras. Em algumas ruas o acesso para carros é bloqueado, mas o acesso a pedestres é livre. Outras ruas são bloqueadas tanto para pedestres quanto para veículos, em razão do “Valão” a céu aberto. Na rua Cordovil uma casa foi construída de maneira irregular, o que ocasionou a interrupção dessa via. A casa se situa em local que impede sua continuidade. Aos sábados as ruas ocupadas pela Feira são interditadas. Os carros são estacionados de maneira irregular dificultando o trajeto dos pedestres.

Muitas casas não têm muros (*figura 4*). A própria parede marca a divisão entre as casas/ruas. Os muros existentes são geralmente altos, inclusive das igrejas. Muitos deles têm arames farpados, cercas elétricas e cacos de vidro, alguns sem reboco e danificados. Vários desses são reforçados por tapumes de madeira. Não observamos a predominância de pichações ou grafites. Em pequenas exceções notam-se algumas edificações cercadas por grades.



Figura 4 (fotos: acervo da pesquisa)

Há locais compostos por ruas planas, estreitas e sinuosas. Exceto a Rua da Feira que não só é plana como também é larga e retilínea. Os becos são estreitos e sem calçada. As vias estreitas não geram disputas agravantes entre os pedestres e os carros.

Próximo à Feira, as ruas possuem calçadas. As construções residenciais são mais sofisticadas parecendo ser menos habitadas. A largura da rua, o espaço entre porta e portão, as calçadas, demarcam distanciamento entre a rua e a casa.

Os poucos terrenos baldios são limpos pelas pessoas da Comunidade em ação coletiva. Alguns desses terrenos são resultados da demolição de casas. Neles geralmente se constroem novas habitações ou jardins.



Figura 5 (foto: acervo da pesquisa)

Os caminhos e as circulações

A circulação no interior é autoconstruída. Os limites do bairro/diferenciação-interrupção do tecido urbano: galerias. Diferente tipologia arquitetônica no conjunto habitacional-marco visual (*figura 5*): orientador-relação moradia-“espaço público”.

Figura 6 (foto: acervo da pesquisa). Limites do bairro/diferenciação por “renda” – formação de “enclaves”,



“vigilância” da rua por monitoramento.



Figura 7 (foto: acervo da pesquisa). A movimentação entre os espaços observados - Limites: Rua da Feira. Via de outra velocidade (asfaltada); tipologia arquitetônica diferente; caixa de rua mais larga.

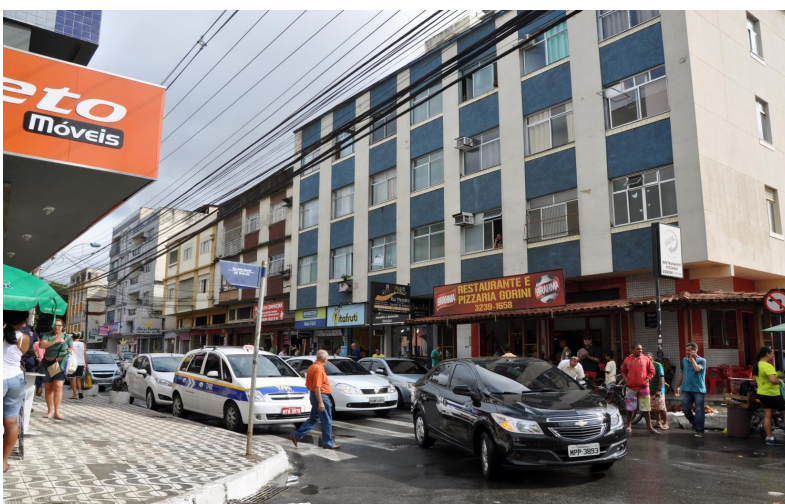


Figura 8 (foto: acervo da pesquisa). Limites: via de maior velocidade, asfaltada (avenida Resplendor), com intenso fluxo de pedestres e veículos; outra tipologia arquitetônica; caixa de rua mais larga; passeio público de maior dimensão; presença de comércios e serviços.



Figura 9 (foto: acervo da pesquisa). Ligação com o exterior, entre o bairro e os outros bairros-limite/barreiras-separação. Muitos dos limites identificados têm efeito de segregação (córrego poluído, cerca, arame farpado).



Figura 10 (foto: acervo da pesquisa). Acessos/ligações com outros bairros. Acessibilidade dificultada, pedestres e veículos ocupam o mesmo espaço.



Figura 11 (foto: acervo da pesquisa). Acesso para habitação, sobre córrego.



Figura 12 (foto: acervo da pesquisa). Vias estreitas. Na maioria não há diferenciação entre via de pedestre e de veículo, não há recuo das construções em relação à via: janelas e portas “de olhos na rua”. Possibilidade de condições insalubres das habitações.



Figura 13 (foto: acervo da pesquisa). O espaço do pedestre é a rua. Falta de recuo das habitações, a relação interior/exterior é imediata.

A apropriação do espaço

Alguns moradores aproveitam os espaços dos imóveis para aumentar a renda familiar transformando a parte da frente da casa em comércio. A maioria atua na informalidade.



Figura 14 (foto: acervo da pesquisa). Atividade de lazer



Figura 15 (foto: acervo da pesquisa). Estacionamento de moradores.



Figura 16 (foto: acervo da pesquisa). Bolsões de estacionamento em dia de feira.

Em toda a Feira sente-se a diversidade de cheiros. As frutas, hortaliças, verduras e flores misturam-se às cores e à grande movimentação de pessoas (*figura 17*). Há mais de 35 anos, grande parte dos trabalhadores segue a tradição familiar de trabalhar em feira. Na área são colocados banheiros químicos.



Figura 17 (foto: acervo da pesquisa)

Na Comunidade existem diversos templos religiosos. Somente duas escolas municipais atendem a população. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) oferece cursos profissionalizantes para os jovens da Comunidade e de outras regiões. A falta de centro de saúde é uma das principais deficiências do bairro. A unidade de saúde que existia está desativada. Segundo os moradores, o prédio onde funcionava o centro de saúde estava condenado pela Defesa Civil e foi derrubado. Não construíram outra unidade no local. Quem precisa ir ao médico marca consulta no bairro vizinho. Em casos de emergência vão para a Unidade de Pronto Atendimento que fica a 5 km e é superlotada.

Outra deficiência da Comunidade é a ausência de área de lazer. Não existem áreas comuns, praças, quadras ou qualquer outro instrumento de prática social ou esportiva organizado pelo poder público. Os jovens e adolescentes improvisam espaços de lazer. Usam os lugares poucos movimentados para jogar futebol e/ou outras brincadeiras coletivas.

No bairro está instalado o grupo de elite da Polícia Civil capixaba. Alguns moradores que residem nas proximidades dessa unidade se queixaram do excesso de força por parte de policiais durante as abordagens na região. A Polícia Civil, mesmo tendo presença fixa dentro da Comunidade, nunca tentou aproximação social com a Comunidade.

V. Conclusões: as principais discussões e resultados

Conforme visto acima, mesmo em meio aos vários problemas de responsabilidade do poder público, os moradores se orgulham de morar na Comunidade, exaltando pontos tais como a tranquilidade do lugar, a harmonia entre a vizinhança ou enfatizando que, ali, não se tratava de uma invasão ou doação, que todos os lotes foram comprados. Isso parece ser fundamental para manter o local limpo, contando com a Prefeitura apenas na coleta de lixo. Se eles próprios garantem as ruas limpas, eles criticam a atuação da Prefeitura no bairro. Tal é o caso de reclamações sobre a cobertura parcial do “valão” que beneficiou somente a região próxima à alça da Terceira Ponte e do Shopping. Alguns moradores se sentem prejudicados, pois os alagamentos continuam constantes. Ou seja, destacam a precariedade e a ausência de política pública mais efetiva, reforçada pela falta de um posto de saúde dentro da Comunidade. Compreendem a importância das parcerias internas entre todos os próprios moradores, o que os fortalecem. “Aqui, um ajuda o outro”, disse um jovem morador.

A luta dos parentes do bebê Murilo, com ajuda dos jovens, não está sendo em vão segundo eles mesmos. Observou-se o espaço livre de lixo. As pessoas caminham longamente para levar o lixo até a entrada principal da Comunidade. Os jovens cuidavam para que o lixo não fosse jogado a céu aberto, afirmando zelo pelos seus espaços.

A comunicação entre os moradores, *nativos*, é algo típico que motiva a troca e a conversa, facilitada pelo estreitamento das ruas, a existência de becos e vielas sem calçadas muitas vezes. Percebeu-se uma certa nostalgia entre os moradores ao falarem os tempos em que a ocupação do bairro se iniciou. Sentem-se consternados com o fato de seu local de moradia ser conhecido como “a rua do lixo”. Por outro lado, observou-se, como pesquisadores *estrangeiros* a essa Comunidade, a pouca área verde, os espaços de lazer improvisados, o saneamento básico precário, a limpeza ineficiente dos espaços públicos, as improvisações criativas que facilitam a vida cotidiana, as particularidades estéticas e presença de moradias com características de áreas vulnerabilizadas. Senti-se os odores do local, cheiros exalados de águas paradas nos pátios das moradias ou vindo do canal poluído. Não se percebeu incômodo, por parte dos moradores, em relação aos odores nem mesmo quando reclamam do “valão”.



Figura 18 (foto: acervo pessoal)

Há a presença de prédios abandonados que acabam sendo utilizados por parte dos usuários por diversas atividades, algumas ilícitas como pontos de drogas. O efetivo de segurança pública que poderia estar atuando na área não ocorre a contento e, segundo eles, a polícia trata-os de forma truculenta.

Pelos relatos colhidos, soube-se que empresas - em contato com autoridades municipais de Vila Velha e/ou estaduais do Espírito Santo- têm interesse na área para empreendimentos que não estão os moradores. Isso leva a crer que a comunicação entre os

atores da governança local não é percebida como transparente, podendo confirmar algo que surgiu – de que a Comunidade não permanecerá por muito tempo naquele espaço. Em outras palavras, participação dos moradores nas decisões sobre seus próprios destinos parece ficar a desejar, o que parece se revelar nos poucos investimentos em melhorias de serviços públicos locais. Os recursos públicos e melhorias só chegam para a parte onde está o “asfalto”, como dizem os comunitários, e os prédios residenciais onde moram pessoas com maior poder aquisitivo. Tal fato, leva a pensar que possa existir um descaso das autoridades em relação ao local.

Finalmente, a nossa escolha de fazer observação *in loco* permitiu aprofundar o conhecimento sobre a Comunidade a partir de uma perspectiva metodológica interdisciplinar, trazendo as dimensões espaciais ambientais para melhor apreender os aspectos sociais. Desse modo, percebe-se a relação entre risco, vulnerabilidades socioambientais e injustiça ambiental na Comunidade, o que desvela um processo de urbanização baseado hegemonicamente na dimensão econômica em detrimento da estética ambiental da área.

VI. Bibliografia

- Araújo, R. O. de, & Rosa, T. C. da S. (2014, outubro-dezembro). Socio-environmental vulnerability and disaster risk reduction: the role of Espírito Santo State (Brazil). *Ambiente & Sociedade*, 17 (4), 117-132. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n4/a07v17n4.pdf>
- Beck, U. (2010). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade* (S. Nascimento, Trad.). São Paulo: Editora 34.
- Brasil (1971, dezembro). *I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972-1974*. [GB]: Fundação IBGE. Recuperado de <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/322/I%20PND%201972%20a%201974.pdf?sequence=1>
- Brasil (1974, dezembro). *II PND: II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. GB: IBGE. Recuperado de http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/492/II%20%20Plano%20Nacional%20de%20Desenvolvimento%201975-1979_PDF_OCR.pdf?sequence=1

- Chalhub, A. (2010). *O imaginário da cidade no pacto socioambiental de um plano diretor municipal: o planejamento urbano e a lei em Vila Velha-ES 1948/2008*. Vitória, ES: Saberes Instituto de Ensino.
- Mattos, R. F. da S. (2013). *Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória*. Vitória: Edufes. Recuperado de <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/803/1/livro%20edufes%20expans%C3%A3o%20urbana%20segregacao%20e%20violencia%20um%20estudo%20sobre%20a%20regiao%20metropolitana%20da%20grande%20vitoria.pdf>
- Mattos, R., & Rosa, T. da S. (2011). Reestruturação econômica e segregação socioespacial: uma análise da região da Grande Terra Vermelha. In *Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – Ufes*, 1, Vitória, ES, Brasil (v. 1, n. 1). Recuperado de <http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/download/1629/1225>
- Santos, M. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.
- Siqueira, M. da P. S. (2010). *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória 1950 -1980* (2.ed.). Vitória: Edufes.
- Timmerman, P. (1981, April). *Vulnerability, resilience and the collapse of society: a review of models and possible climatic applications*. Environmental Monograph No. 1, Institute for Environmental Studies, University of Toronto, Toronto, Canada. Recuperado de <http://www.ilankelman.org/miscellany/Timmerman1981.pdf>
- Veyret, Y., & Richemond, N. M. de. (2007). Definições e vulnerabilidades do risco. In Veyret, Y. (Ed.). *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente* (D. F. da Cruz, Trad.). São Paulo: Contexto.
- Vila Velha (2013, outubro). Prefeitura Municipal de Vila Velha. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Perfil socioeconômico por bairros. Indicadores selecionados. Revisão n. 02. *Estudos & Pesquisas*. Vila Velha, ES: Sempla. Recuperado de <http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Perfil%20socio%20economico%20R2.pdf>.